

Manter a serenidade em todos os sectores



Luís Lima

Um amigo meu, pessoa por quem tenho grande estima, escrevia-me há dias lembrando-me que, infelizmente, a sociedade portuguesa anda demasiadamente nervosa e excessivamente dada a convulsões. Dizia, cito, que não há praticamente nada que não seja objecto de impugnação ou de reclamação - nos partidos, nas empresas, nas associações, nos clubes.

Essa mensagem justificava-se pela experiência que eu estava (como ainda estou) a passar, enquanto dirigente do associativismo empresarial transformado em alvo preferencial de um pequeno grupo de pessoas empenhadas em ocupar, por meios não democráticos e com apoios internos e externos, uma associação empresarial a que presido, agora com o conforto de um reeleição expressiva apesar da triste campanha referida.

“O associativismo empresarial (...) há muito que, felizmente, largou as estreitas amarras do corporativismo, em especial o corporativismo que sonhava com redes pouco claras de influências, mais particulares do que gerais, para ser agora um parceiro social que concilia os interesses específicos que representa com os interesses da Economia e do país mais a mais em contextos de crise como o que se vive”

minhas mas um grupo de detraidores e caluniadores que mesmo depois de derrotado pelos votos continua a lançar, na praça pública, falsas e infundadas suspeitas sem o mínimo respeito pelo bom nome da própria

associação que se propunham dirigir.

Não o faço para apresentar aquilo que seria a minha defesa - julgo que não preciso de o fazer, tão ridículas e patéticas são as acusações, e se precisar e quiser fã-lo-ei nos locais adequados -, mas para refletir um pouco sobre o desnorte que o momento que vivemos pode provocar em muita gente, desnorte tão perigoso que pode fazer-nos retroceder em muitos aspectos.

O associativismo empresarial, que não pode dissociar-se da sociedade onde está inserido, há muito que, felizmente, largou as estreitas amarras do corporativismo, em especial o corporativismo que sonhava com redes pouco claras de influências, mais particulares do que gerais, para ser agora um parceiro social que concilia os interesses específicos que representa com os interesses da Economia e do país mais a mais em contextos de crise como o que se vive.

A consciência de que os interesses da Economia e do país, quando corretamente avaliados, são os que melhor servem os interesses de todos os grupos empresariais, mesmo que, aparentemente e a curto prazo, outras estratégias possam criar a ilusão do contrário, é a pedra de toque que faz a diferença. É mesmo a fronteira entre a serenidade, com debate entre as diferenças de opinião, e o populismo mais primário a tentar impor o que querem fazer crer que parece mas na verdade não é.

Teria sido pessoalmente mais fácil recolher ao conforto da minha vida privada, prestando exclusiva atenção às minhas empresas, do que manter a minha atividade pública no associativismo empresarial, enfrentando situações pontuais de desnorte, incómodas. Mas a defesa da serenidade e da consciência que o país precisa, em todos os domínios da sua atividade, determinou a minha escolha.

Presidente da CIMLOP confederação da Construção e do Imobiliário de Língua Oficial Portuguesa presidente@cimlop.com

Gestão do território: Uma prioridade no planeamento urbano



Carlos Matias Ramos

Vivemos num mundo em que as mudanças são muito rápidas e profundas, o que produz consequências na economia, na organização da sociedade, na cultura e no ambiente. Transformações que provocam alterações que condicionam a ocupação do território, designadamente nos espaços urbanos e de ocupação industrial, valorizando-o.

Surge, assim, a necessidade de recuperação da qualidade de muitos desses espaços, que passa pela adoção de melhor gestão e de ordenamento do território eficaz, baseados na adequada utilização de instrumentos que garantam o apoio, tecnicamente sustentado, à decisão. Para se viver o território é indispensável o seu rigoroso conhecimento. É impossível gerir um território que não se conhece devidamente à luz dos instrumentos que estão disponíveis do ponto de vista técnico. Para ordenar um território é necessário conhecê-lo.

Não é aceitável que em pleno século XXI não se utilizem na plenitude as possibilidades abertas pela tecnologia e pela engenharia na valorização desses espaços e, conseqüentemente, no estabelecimento de políticas públicas de gestão do território.

Políticas que sustentem um dos grandes objetivos: o conhecimento correto do território em favor do cidadão, que permita uma justa compensação entre os que ficam penalizados por verem os seus terrenos classificados em zonas de interesse público e limitados a atividades não rentáveis, e os que poderão usufruir de mais-valias resultantes de puros atos administrativos. Políticas que conduzam à segurança da posse, desencorajamento da especulação imobiliária, maior transparência nos processos de licenciamento, cobrança equitativa das taxas e melhoria da eficiência dos serviços.

A forma como os planos de ordenamento são definidos e consagram direitos e impõem restrições, através da divisão e classificação do solo, é igualmente determinante na garantia de um controlo dos processos de decisão administrativa, reduzindo o risco de que essa decisão possa fomentar a obtenção de riqueza ou de desvalorização e reduzindo a aleatoriedade, estabelecendo igualmente quadros de confiança na equidade fiscal.

É fácil concluir que a existência de um cadastro predial moderno, dotado de valor jurídico, suportado por soluções técnicas e tecnológicas baseadas no conhecimento atual, que garanta uma interoperabilidade com outros sistemas de informação públicos, se constitui como uma mais-valia económica e social para o país e um suporte para as decisões políticas nas áreas da gestão do território, tendo em vista o seu adequado ordenamento, situação de vital importância para o planeamento urbano.

A relevância deste tema a nível europeu foi bem evidenciada no evento internacional que a Ordem dos Engenheiros organizou em outubro deste ano, o 1st FIG Young Surveyors European Meeting, e que teve lugar no Centro de Congressos da FIL.

A reunião, em Lisboa, de jovens profissionais provenientes de 32 países, empenhados em consolidar uma rede europeia de conhecimento e cooperação ao nível das ciências e tecnologias da informação geográfica (geomática e geoinformática), com o objetivo de contribuir e promover o conhecimento do território como condição essencial ao desenvolvimento sustentável das economias, é uma demonstração clara da urgência, percebida, inclusivamente pelos mais novos, de que para planear e desenvolver é necessário conhecer.

Bastónario da Ordem dos Engenheiros